A DISPUTA DO POSITIVISMO NA SOCIOLOGIA ALEMÃ

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

D641

A disputa do positivismo na sociologia alemã / Theodor W. Adorno ; organização, coordenação e prefácio à edição brasileira Márcio Pugliesi ; tradução Ana Laura ... [et al.]. - 1. ed. - São Paulo : Ícone, 2014.
304 p. ; 23 cm. (Fundamentos do Direito)

Tradução de: La disputa del positivismo em la sociologia alemana
Inclui índice
ISBN 978-85-274-1252-0

1. Ética. 2. Filosofia alemã. 3. Positivismo. 4. Sociologia. I. Adorno, Theodor W., 1903-1969. II. Pugliesi, Márcio. III. Título. IV. Série.

13-07698 CDD: 146.4
CDU: 165.731

Theodor W. Adorno
Karl R. Ropper
Ralf Dahrendorf
Jürgten Habermas
Hans Albert
Harald Pilot

A Disputa do Positivismo na Sociologia Alemã

Coleção Fundamentos do Direito

1ª edição
Brasil – 2014

Icone editora

© Copyright da tradução – 2014.
Ícone Editora Ltda.

Coleção Fundamentos do Direito

Conselho editorial
Cláudio Gastão Junqueira de Castro; Diamantino Fernandes Trindade; Dorival Bonora Jr.; José Luiz Del Roio; Márcio Pugliesi; Marcos Del Roio; Neusa Dal Ri; Tereza Isenburg; Ursulino dos Santos Isidoro; Vinícius Cavalari

Título original
La disputa del positivismo em la sociologia alemana

Tradução
Ana Laura; Leandro Piccolo; Maria Luiza Godoy; Simone Castro; Wilson de Azevedo Marques; Nuria López; Fernando Rister; Luciano del Monaco; Fabio Garcia; Melissa Egito; Melila Braga

Coordenação e organização
Márcio Pugliesi

Revisão
Nathalia Ferrarezi
Fabrícia Carpinelli Romaniv

Projeto gráfico, capa e diagramação
Richard Veiga

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, de qualquer forma ou meio eletrônico, mecânico, inclusive por meio de processos xerográficos, sem permissão expressa do editor. (Lei nº 9.610/98)
Todos os direitos de tradução reservados à:

ÍCONE EDITORA LTDA.
Rua Anhanguera, 56 – Barra Funda
CEP: 01135-000 – São Paulo/SP
Fone/Fax.: (11) 3392-7771
www.iconeeditora.com.br
iconevendas@iconeeditora.com.br

Coleção Fundamentos do Direito

A Disputa do Positivismo na Sociologia Alemã

Tradução de
La disputa del positivismo em la sociologia alemana,
de Th. W. Adorno *et al*.

Tradução do espanhol a partir da edição de 1973 de Ediciones Grijalbo S. A. (Barcelona – México, D. F.). Título original: *Der Positivismusstreit in der Deutschen Soziologie*, 1ª edição, Neuwied – Berlin (Alemanha): Hermann Luchterhand Verlag, 1969.

{ Sumário }

Prefácio, 9
Márcio Pugliesi

I. **Sociologia e Investigação Empírica, 59**
Theodor W. Adorno
Tradução por Ana Laura

II. **Lógica das Ciências Sociais, 81**
Karl R. Popper
Tradução de Leandro Piccolo

III. **Sobre a Lógica das Ciências Sociais, 103**
Theodor W. Adorno
Tradução de Maria Luiza Godoy

IV. **Anotações à Discussão das Propostas de Karl R. Popper e T. W. Adorno, 123**
Ralf Dahrendorf
Tradução de Simone Castro e Wilson de Azevedo Marques

V. **Teoria Analítica da Ciência e Dialética, 133**
Jürgen Habermas
Tradução de Nuria López

VI. **O Mito da Razão Total, 171**
Hans Albert
Tradução de Fernando Rister

VII. **Contra um Racionalismo Minguado de um Modo Positivista, 201**
Jürgen Habermas
Tradução de Nuria López

VIII. **Às Costas do Positivismo?, 233**
Hans Albert
Tradução de Luciano del Monaco

IX. **A Filosofia da História Empiricamente Falsável de Jürgen Habermas, 271**
Harald Pilot
Tradução de Fabio Garcia e Melissa Egito

X. **Breve e admirado epílogo a uma grande introdução, 299**
Hans Albert
Tradução de Melila Braga

{ Prefácio }

Márcio Pugliesi

A busca do fundamento nas Ciências Humanas

Para o estabelecimento de um conhecimento possível, por mais se o saiba construído e sócio-historicamente desenvolvido, ainda assim, implicitamente se fazem necessárias escolhas e abstração. Isso estabelece para o pesquisador um vínculo autoimposto com essas escolhas e com o processo de abstração, que implica abandonar – muitas vezes – aspectos relevantes para se nutrir apenas do ponto de vista escolhido e a partir dele elaborar um saber particular que é referido ou se autorrefere como ciência.

Dessa sorte, como indica Müller[1], nenhuma ciência enquanto saber particular pode dispensar um método visto como vínculo a uma visão *a priori*, a uma pré-determinação a ser seguida com rigor em decorrência dessas prévias seleções e abstrações. Acresce-se que, como tais, para aumento de seu poder de convencimento, carecem de, a partir desse ponto de partida, uma fundamentação.

Entende-se, segundo a tradição filosófica, pelo termo "fundar" duas distintas operações: 1) uma ação progressiva tendente a instalar um novo conhecimento ou a verdade; 2) uma ação regressiva (retrodutiva, no dizer de Hanson[2]) que, a partir do novo conhecimento ou a verdade, busca explicitar as bases sobre as quais tal conhecer se assenta e justificá-lo. A rigor, através da segunda, quer a Gnosiologia obter a primeira, mas é a justificação do conhecimento seu principal objeto. A Epistemologia, analogamente, tem o mesmo objetivo relativamente às ciências particulares. Esses dois ramos do fazer/saber filosófico serviram-se, basicamente, de quatro estratégias: a essencialista, a fenomenalista, a fenomenológica e a historicista, a fim de resolver o problema. Conforme se verá, nenhuma das quatro logrou alcançar seu intento, embora se esteja diante de progressos indiscutíveis para clarear o problema.

A estratégia essencialista

Como caso exemplar dessa estratégia, apresenta-se o projeto platônico presente, como instância, no **Ménon**[3], em que se discute o aprender: ninguém pode aprender o que já sabe nem pode pretender saber o que não sabe. Em face dessa aparente paralisia, Platão apresenta a anamnese: pesquisar e aprender nada mais são que recordar [é preciso ressaltar que, em grego, a palavra "verdade" conecta-se, além da metáfora, à visão, à negativa de esquecer-se (αληθεια)]. Mas, recordar-se de quê? A alma é imortal e já viu (novamente a visão como parâmetro do verdadeiro – a verdade

1 MÜLLER, Max. *Philosophische Anthropologie* (herausgegeben von W. Vossenkuhl mit einem Beitrag *Zur gegenwärtigen Anthropologie*), Freiburg/München: Karl Albert, 1974, p. 12 e ss.

2 HANSON, Norwood Russell. *Patterns of discovery: an inquiry into the conceptual foundations of science.* 1ª ed., 4ª reimp., Cambridge: Cambridge, 1977.

3 PLATON. *Oeuvres complètes*. 2 vol., trad. Léo Robin, Paris: Gallimard, 1969. *Ménon*, vol. I, p. 513-557 e *Fédon*, vol. I, p. 765-856.

como desvelamento) todas as coisas, tanto no mundo quanto no Hades e, assim, para aprender basta lembrar o que se sabia. A doutrina da anamnese é apresentada como hipótese útil para o procedimento dialético. O curso natural para o envolver dessa postura seria indagar: qual seria o papel do conhecimento sensível nesse recordar-se? Seria demonstrável a imortalidade da alma? Qual seria o objeto do aprender? Tais problemas são examinados no **Fédon**, que estabelece conclusões fundamentais para a estratégia platônica: a) as ideias são os objetos específicos do conhecimento racional; b) as ideias são critérios ou princípios de julgamento das coisas sensíveis; e c) as ideias são causas das coisas sensíveis. Está estabelecida a artimanha idealista: transita-se da realidade imediata e ambígua para as esferas inatingíveis do ideal, o mundo das essências que funda o mundo do manifestado, das aparências. Para se definir o ser e as diferentes regiões do ser, necessita-se partir do manifestado e, assim, salvando as aparências, o espírito (ou o que lhe equivalha) desvela a essência, que se oferece através do aparente.

O fundamento do conhecer é, então, aperfeiçoado mediante a análise: a recondução do fenômeno, aquilo que aparece e não existe em si e por si, à sua essência, que é em si e por si. A articulação desse programa com o discurso deve se dar pela conciliação de duas exigências: a) a verdade do pensamento, isto é, a consistência interna do pensar (vinculada à lógica tradicional); e b) a verdade da coisa, a relação do em-si da coisa com o fenômeno (vinculada à ontologia).

Tais exigências defluem da estrutura da própria língua, como disse Flusser[4], conforme se pode notar: a) a função referencial, que exige o reenvio da palavra à própria coisa, ou seja, a designação do significado mediante significantes; e b) a função predicativa realizada pela forma canônica "S é P".

Esse modelo, que se propõe implicitamente como lógica e ontologia, embora não alcance, por limitações de cunho histórico, a função performativa da linguagem, servirá como diretriz para os demais campos do saber por mais de 2000 anos e organizará a estruturação dos grandes sistemas metafísicos do século XVII incorporando duas alterações fundamentais: a) a ontologia dos princípios estruturada com a metafísica da subjetividade por Descartes; e b) o geometrismo introduzido por esse mesmo filósofo e levado a consequências mais drásticas por Spinoza. A rigor, há um reajuste

4 FLUSSER, Vilem. *Língua e realidade.* São Paulo: Herder, s.d., p. 98 et passsim.

do método: a ideia objetivamente subsistente passa a ser "a essência pensada" em Descartes e alcança, com Spinoza, o *status* de um conhecimento axiomatizado com predicação universal absolutamente legítima; o pensamento transita de verdade a verdade e, ao mesmo tempo, se constitui em árbitro da veracidade.

Há uma dificuldade inafastável, em qualquer das suas versões, inclusive na kantiana, nessa estratégia: o mundo essencial permanece inatingível e nele há qualquer coisa pensável ou imaginável[5]. E não é difícil notar que qualquer pretensão à certeza e consistência malogrará para sempre, caso se exija a prova ontológica da existência dessa "realidade" ulterior e fundamento de todo conhecimento. O recurso ao olho do espírito (segundo Spinoza), ou seja, à intuição (*intueri* = observar, ver com atenção), não resolve a questão, apenas a torna mais discutível. Como será possível pensar-se na essência, que se não dá de imediato, como substrato da prova de que o ser revelado é o ser verdadeiro? A intuição (se pode apresentar de uma só feita o ser-em-si, despido de qualquer conceito) põe, de fato, diante do inefável e sua evidência faz construir uma prova distinta do que foi, pela intuição, revelado.

Assim, como fiéis seguidores de Ockham, não será possível utilizar essa estratégia, a fim de fundar o conhecimento e, certamente, não se poderá endossar o juízo de Hegel: "Quanto aos fatos, danem-se os fatos". Não há como sacrificar a função referencial da linguagem à predicativa, nem como superpovoar o mundo com entidades sujeitas apenas a regras formais.

A estratégia fenomenalista

Essa postura defluiu do atendimento a duas exigências: a) apreensão do real empírico, a partir da observação e da experiência, no discurso; b) tradução do apreendido para linguagem matemática (sempre que cabível). E, naturalmente, a questão dos fundamentos passa a ser abordada a partir do fenômeno e das sensações, por meio da experiência. O modo de

5 QUINE, Willard van Orman. *From a Logical Point of View.* 2ª ed. rev., New York: Harper & Row, 1961 traz interessantes aportes e discussão. Com imodéstia indica-se *Filosofia Geral e do Direito*, em sua parte Geral, como instância para mais completa análise dessa questão.

conduzir tal processo variará das tentativas de Hume àquelas de Stuart Mill, ambas, diga-se, pouco frutíferas.

Hume, em seu ***Treatise***, nos diz:

> *Experience is a principle, which instructs me in the several conjunctions of objects of the past. Habit is another principle, which determines me to expect the same for the future; and both of them conspiring to operate upon the imagination, make me form certain ideas in a more intense and lively manner, than others, which are not attended with the same advantages. Without this quality, by which the mind enlivens some ideas beyond others (which seemingly is so trivial, and so little founded on reason) we could never assent to any argument, nor carry our view beyond those few objects, which are present to our senses. Nay, even to these objects we could never attribute any existence, but was dependent on the senses; and must comprehend them entirely in that succession of perceptions, which constitutes our self or person. Nay farther, even with relation to that succession, we could admit of those perceptions, which are immediately present to our consciousness, nor could those lively images, with which the memory presents us, be ever received as true pictures of past perceptions. The memory, senses, and understanding are, therefore, all of them founded on the imagination, or the vivacity of our ideas*[6].

6 HUME, David. *A Treatise of human nature.* 2ª ed., Oxford: Clarendon, 1978, em tradução livre: Experiência é um princípio que me instrui sobre várias com junções de objetos do passado. Hábito é outro princípio que me determina a esperar o mesmo no futuro; e ambos conspiram para agir sobre a imaginação, fazer-me formar certas ideias de uma maneira mais intensa e vívida, enquanto outras não são atendidas pelas mesmas vantagens. Sem essa qualidade, pelas quais a mente vivifica certas ideias entre outras (o que parece tão trivial e tão pouco fundado na razão) não podemos assentir a qualquer argumento, nem conduzir nossa visão além desses poucos objetos presentes a nossos sentidos, Sequer a esses objetos podemos jamais atribuir qualquer existência, posto dependerem dos sentidos e precisamos compreendê-los, totalmente, nessa sucessão de percepções que constitui nosso eu ou pessoa. Ademais, mesmo relativamente a essa sucessão, não podemos admitir que essas percepções sejam imediatamente presentes à nossa consciência, nem possam essas vivas imagens apresentadas a nós pela memória, jamais serem recebidas como verdadeiras imagens (*pictures*) das percepções passadas. Memória, sentidos e entendimento são, portanto, todos fundados na imaginação ou na vividez (intensidade) de nossas ideias (p. 265 e ss.).